



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2021

O **MUNICÍPIO DE ARROIO DO MEIO/RS**, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO **MENOR PREÇO POR ITEM**, NOS TERMOS DA LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DO DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E 147/2014, SUBSIDIARIAMENTE, PELA LEI Nº 8.666/93 E DEMAIS LEGISLAÇÃO, SOB AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE ATO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável propondo a homologação.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08 HORAS DO DIA 04/11/2021 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha das propostas mais vantajosas para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA**, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

08 – Secretaria de Educação e Cultura
01 – Manutenção Desenvolvimento Ensino - M. D.
12 - Educação
365 – Educação Infantil
0041 – Educação Infantil
2042 - Manutenção da Educação Infantil
3.3.3.90.30.000000 – Material de Consumo
0020 – Recurso – M. D. E.

08 – Secretaria de Educação e Cultura
01 – Manutenção Desenvolvimento Ensino - M. D.
12 - Educação
361 – Ensino Fundamental
0047 – Ensino Regular
2039 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.3.90.30.000000 – Material de Consumo
0020 – Recurso – M. D. E.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

4.3.3. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.3.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.6. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.4.1. Que cumpre ou não, os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

4.4.3. Que cumpra os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca do item ofertado;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de garantia;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 00,01 (UM CENTAVO)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.28.1. Produzidos no país;

7.28.2. Produzidos por empresas brasileiras;

7.28.3. Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (DUAS)** horas, sob pena de não aceitação da proposta.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.1.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.1.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de inabilitação.

9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado (s) de Capacidade Técnica**, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação será conforme instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. Apresentar documentação falsa;

20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. Não manter a proposta;

20.1.6. Cometer fraude fiscal;

20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

20.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

20.2.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **Prefeitura Municipal de Arroio do Meio/RS**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

20.3. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo Nº 87, da Lei Nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de Arroio do Meio/RS**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da **Prefeitura Municipal de Arroio do Meio/RS**, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. Nº 87 da Lei Nº 8.666/93, c/c art. Nº 7º da Lei Nº 10.520/02 e art. Nº 14 do Decreto Nº 3.555/00.

20.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

20.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Arroio do Meio/RS, as sanções administrativas previstas no ITEM 20.3, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

20.6.DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.6.1.PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

21.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.11. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO/RS, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1. A anulação do pregão induz à do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

22.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.arroiodomeiours.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitações, no Endereço Rua Monsenhor Jacob Seger, 186, Centro, Arroio do Meio/RS, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 11:45 e 13:30 às 16:45, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;

Arroio do Meio, RS, em 14 de outubro de 2021

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

Pela aprovação do presente edital, em 14/10/2021.

ISRAEL DE BORBA

Assessor Jurídico Municipal, OAB/RS, 103.198

DECISÃO DO PREFEITO

Autorizo a publicação do edital, em 14/10/2021.

DANILO JOSÉ BRUXEL

Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

1.1. Aquisição de materiais de higiene e limpeza:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 5L - COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO 2% A 2,5% P/P DE CLORO ATIVO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CARBONATO DE CÁLCIO E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO. COM AÇÃO DESINFETANTE E BACTERICIDA, USADA PARA LIMPAR PISOS, AZULEJOS, CAIXAS D'ÁGUA, VASOS DE PLANTAS E DESINFETAR FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS. RÓTULO CONTENDO INFORMAÇÕES COMO DATA DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES DA DATA DO RECEBIMENTO.	UN	158	R\$ 11,50	R\$ 1.817,00
2	ÁLCOOL GEL, EMBALAGEM DE 5 LITROS	UN	61	R\$ 49,77	R\$ 3.035,97
3	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%, EMBALAGEM DE 5L. ÁLCOOL ETÍLICO PARA LIMPEZA, COM TEOR ALCOÓLICO ENTRE 95,1 A 96 GL, VOL/VOL OU 92,6 A 93,8 INPM P/P A 15 GRAUS CENTÍGRADOS, COM SELO INMETRO. RÓTULO CONTENDO INFORMAÇÕES COMO DATA DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES DA DATA DO RECEBIMENTO.	UN	190	R\$ 45,14	R\$ 8.576,60
4	CERA LIQUIDA INCOLOR, EMBALAGEM DE 5 LITROS	UN	65	R\$ 32,95	R\$ 2.141,75
5	CERA LIQUIDA VERMELHA, EMBALAGEM DE 5 LITROS	UN	7	R\$ 32,95	R\$ 230,65
6	DESINFETANTE LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 5L. DESINFETANTE PARA USO GERAL, DE AÇÃO FUNGICIDA E BACTERICIDA, EMBALAGEM DE 5 LITROS, CUJA COMPOSIÇÃO SEJA: TENSOATIVO NÃO-IÔNICO, QUARTENÁRIO DE AMÔNIA. ESSÊNCIAS DIVERSAS. RÓTULO CONTENDO INFORMAÇÕES COMO DATA DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES DA DATA DO RECEBIMENTO.	UN	172	R\$ 14,82	R\$ 2.549,04
7	DETERGENTE COZINHA, FRASCO DE 500 ML	UN	390	R\$ 2,27	R\$ 885,30
8	ESFREGÃO DE AÇO	UN	15	R\$ 2,38	R\$ 35,70
9	ESPONJA DE AÇO PACOTE COM 8 UNIDADES	PCT	10	R\$ 2,66	R\$ 26,60
10	ESPONJA MULTIUSO, VERDE/AMARELO	UN	265	R\$ 2,55	R\$ 675,75
11	LIMPA VIDROS, EMBALAGEM DE 5 LITROS	UN	30	R\$ 22,45	R\$ 673,50
12	LUVAS DE PROTECAO E SEGURANCA- DE LATEX TAMANHO: G	PAR	25	R\$ 27,07	R\$ 676,75
13	LUVAS DE PROTECAO E SEGURANCA- DE LATEX TAMANHO: M	PAR	25	R\$ 27,07	R\$ 676,75
14	LUVAS DE PROTECAO E SEGURANCA- DE LATEX TAMANHO: P	PAR	10	R\$ 27,07	R\$ 270,70
15	LUVAS DESCARTAVEIS DE VINIL, SEM PO, TAM G, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	20	R\$ 43,13	R\$ 862,60
16	LUVAS DESCARTAVEIS DE VINIL, SEM PO, TAM M, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	20	R\$ 43,33	R\$ 866,60
17	LUVAS DESCARTAVEIS DE VINIL, SEM PO, TAM P, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	20	R\$ 49,33	R\$ 986,60
18	MÁSCARA ADULTA DESCARTÁVEL, TRIPLA PROTEÇÃO, COM ELÁSTICO NAS ORELHAS E AJUSTE NASAL (CLIP). MÁSCARA CIRÚRGICA TAMANHO ADULTO, TRIPLA PROTEÇÃO, COM ELÁSTICO E CLIP NASAL PERMITINDO SEU AJUSTE. MATERIAL: TNT. CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	20	R\$ 17,80	R\$ 356,00
19	MÁSCARA DESCARTÁVEL -INFANTIL (MÁSCARA COM FILTRAGEM BACTERIANA, DE TRIPLA CAMADA COM ELÁSTICO), DESCARTÁVEL DE USO PESSOAL, NÃO ESTÉRIL = CAIXA COM 50 UNIDADES)	CX	10	R\$ 16,22	R\$ 162,20
20	PA PLASTICA DE RECOLHER SUJEIRA	UN	57	R\$ 7,44	R\$ 424,08
21	PANO DE CHÃO 100% ALGODÃO 40X60	UN	10	R\$ 9,55	R\$ 95,50
22	PANO DESCARTÁVEL MULTIUSO, PACOTE COM 5 UNIDADES	PCT	100	R\$ 7,29	R\$ 729,00
23	PAPEL HIGIENICO EM ROLO DE 300 M, FARDOS COM 8 UNIDADES.	FARDOS	35	R\$ 56,00	R\$ 1.960,00
24	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA - FARDOS COM 16 PACOTES, SENDO CADA COM 4 ROLOS DE 30M CADA, PICOTADO BRANCO	FARDOS	100	R\$ 88,33	R\$ 8.833,00
25	PAPEL TOALHA EM ROLO, NÃO RECICLADO, FARDOS. PAPEL TOALHA BOBINA 100% CELULOSE VIRGEM 20CM X 200 METROS, DE ALTA QUALIDADE E R.U (RESISTÊNCIA A UMIDADE), NÃO RECICLADO, GRAMATURA 34, FARDOS COM 8 ROLOS.	FARDOS	50	R\$ 82,40	R\$ 4.120,00
26	PAPEL TOALHA INTERFOLHA, NÃO RECICLADO, FOLHA COM UMA DOBRA, PCT 1000 FOLHAS, FARDOS COM 5 PACOTES	FARDOS	67	R\$ 66,18	R\$ 4.434,06
27	SABÃO EM PÓ EMBALAGEM DE 1 KG	PCT	144	R\$ 6,48	R\$ 933,12



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

28	SABONETE LÍQUIDO, EMBALAGEM 5L. SABONETE; LÍQUIDO, PERFUMADO; PH ENTRE 7,0 E 8,5; PARA HIGIENE DAS MÃOS, GALÃO DE 5 LITROS.	UN	20	R\$ 22,00	R\$ 440,00
29	SACO DE LIXO 50 LITROS PRETO. PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	233	R\$ 4,22	R\$ 983,26
30	SACO DE LIXO DE 100 LITROS. PACOTE COM 5 UNIDADES	PCT	233	R\$ 4,17	R\$ 971,61
31	SAPONÁCEO EM PÓ, EMBALAGEM DE 300G	UN	84	R\$ 4,55	R\$ 382,20
32	TOUCA DESCARTÁVEL	UN	100	R\$ 0,17	R\$ 17,00
33	VASSOURA DE PALHA	UN	50	R\$ 38,00	R\$ 1.900,00
34	VASSOURA DE PLÁSTICO (NAILON) COM CABO	UN	40	R\$ 8,59	R\$ 343,60
					R\$ 52.072,49

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Atender demanda da Secretaria de Educação e Cultura.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520, de 2002, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O material deverá ser entregue nos endereços informados, conforme tabela abaixo e quantitativos informados:

ESCOLA	ENDEREÇO DA ESCOLA	BAIRRO
EMEF AFONSO CELSO	ESTRADA GERAL PICADA ARROIO DO MEIO, JUNTO A IGREJA E SALÃO DA COMUNIDADE	PICADA ARROIO DO MEIO
EMEF BARRA DO FORQUETA	RUA NICOLAU KAER, S/N	BARRA DO FORQUETA
EMEF BELA VISTA	RUA BELA VISTA, 936 (ENTRADA PELA R. GUSTAVO POCHMANN)	BELA VISTA
EMEF CONSTRUINDO O SABER	RUA OSOSVALDO DE OLIVEIRA, 137	NAVEGANTES
EMEF DONA RITA	DONA RITA, S/N, JUNTO A IGREJA E SALÃO DA COMUNIDADE	(INTERIOR)
EMEF DUQUE DE CAXIAS	AVENIDA ARROIO GRANDE, PRÓXIMO A IGREJA E SALÃO DA COMUNIDADE	ARROIO GRANDE CENTRAL
EMEF GETÚLIO VARGAS	ESTRADA MORRO VERMELHO, PASSANDO A INDÚSTRIA GIRANDO SOL	SÃO CAETANO
EMEF ITORORÓ	ESTRADA GERAL DE PALMAS, PRÓXIMO AO FRIGORÍFICO DÁLIA	DISTRITO DE PALMAS
EMEF JOÃO BEDA KORBES	RUA ARDELA KERBES, 1016	AIMORÉ
EMEF PRINCESA ISABEL	RUA SÃO MARTINHO, 202	RUI BARBOSA
EMEF PROF. ARLINDO BACK	ROD. VRS 811, S/N	DISTRITO DE FORQUETA
EMEF SÃO CAETANO	RUA PRESIDENTE VARGAS, 2480	SÃO CAETANO
EMEF TANCREDO NEVES	RUA 28 DE NOVEMBRO, 693	NOVO HORIZONTE
ECEI ATALAIA	RUA CAMPOS SALOES, 898	NAVEGANTES
ECEI CRIANÇA ESPERANÇA	RUA GUSTAVO POCHMANN, 35	BELA VISTA
ECEI PEQUENO MUNDO	ROD. RS 130, KM 77 (ESTRADA PARARELA, À DIREITA)	SÃO JOSÉ
ECEI PIMPOLHO	RUA RUI BARBOSA, 2440	RUI BARBOSA
ECEI PIMPOLHO FILIAL	RODOVIA RVS 811, 107731, JUNTO A SUBPREFEITURA	DISTRITO DE FORQUETA
ECEI PROFESSORA RITA	RUA JORGE AMADO, 125	GLÓRIA
ECEI TRENZINHO DA ALEGRIA	RUA PIAUÍ, 72	AIMORÉ
ECEI RAI DE SOL	RUA AURORA, 316	SÃO CAETANO
ECEI TURMA DA MÔNICA	RUA ORMISMO DALPIAN, 381	NOVO HORIZONTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	RUA DR. JOÃO CARLOS MACHADO, 1000	CENTRO

ITEM	MATERIAIS	UNID	QTDE TOTAL	EMEF AFONSO CELSO	EMEF BARRA DO FORQUETA	EMEF BELA VISTA	EMEF CONSTRUINDO O SABER	EMEF DONA RITA	EMEF DUQUE DE CAXIAS	EMEF GETÚLIO VARGAS	EMEF ITORORÓ	EMEF JOÃO BEDA KORBES	EMEF PRINCESA ISABEL	EMEF PROF. ARLINDO BACK	EMEF SÃO CAETANO	EMEF TANCREDO NEVES	ECEI ATALAIA	ECEI CRIANÇA ESPERANÇA	ECEI PEQUENO MUNDO	ECEI PIMPOLHO	ECEI PIMPOLHO FILIAL	ECEI PROFESSORA RITA	ECEI TRENZINHO DA ALEGRIA	ECEI RAI DE SOL	ECEI TURMA DA MÔNICA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
1	ÁGUA SANITÁRIA	UN	158	2	15	25	3	3	3	3	3	5	25	3	25	2	10	3	3	10	3	3	3	3	3	
2	ÁLCOOL GEL	UN	61	2	2	2	2	2	2	2	2	5	3	2	5	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	10



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

3	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%	UN	190	5	10	25	5	5	5	5	5	5	25	5	20	5	5	5	5	5	5	5	5	5	20
4	CERA LÍQUIDA INCOLOR	UN	65									25		15				25							
5	CERA LÍQUIDA VERMELHA	UN	37									25		12											
6	DESINFETANTE LÍQUIDO	UN	172	5	12	25	5	5	5	5	5	5	25	5	20	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
7	DETERGENTE COZINHA	UN	390	10	35	10	25	35	10	10	10	100	10	10	25	10	10	10	10	10	10	10	10	10	
8	ESFREGÃO DE AÇO	UN	15																						15
9	ESPONJA DE AÇO	PCT	10																						10
10	ESPONJA MULTIUSO	UN	265	10	10	10	25	25	10	10	10	10	10	10	25	10	10	10	10	10	10	10	10	10	
11	LIMPA VIDROS	UN	30		10											2	2	2	2	2	2	2	2	2	
12	LUVAS DE PROTEÇÃO TAMANHO: G	PAR	25										12												13
13	LUVAS DE PROTEÇÃO TAMANHO: M	PAR	25										12												13
14	LUVAS DE PROTEÇÃO TAMANHO: P	PAR	10																						10
15	LUVAS DESCARTÁVEIS DE VINIL, TAM G	CX	20																						20
16	LUVAS DESCARTÁVEIS DE VINIL, TAM M	CX	20																						20
17	LUVAS DESCARTÁVEIS DE VINIL, TAM P	CX	20																						20
18	MÁSCARA ADULTA DESCARTÁVEL	CX	20																						20
19	MÁSCARA DESCARTÁVEL - INFANTIL	CX	10																						10
20	PA PLÁSTICA	UN	57		30						12				15										
21	PANO DE CHÃO	UN	10																						10
22	PANO DESCARTÁVEL MULTIUSO	PCT	100	2	10	2	2	2	2	2	2	2	50	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
23	PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO DE 300 M	FARDOS	35		10								25												
24	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA	FARDOS	100	3	3	25	3	3	3	3	3	10	5	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
25	PAPEL TOALHA EM ROLO	FARDOS	50									25	25												
26	PAPEL TOALHA INTERFOLHA	FARDO	67		17	15							20		10	5									
27	SABÃO EM PÓ	PCT	144	2	5	25	2	2	2	2	2	10	15	5	25	2	5	5	5	5	5	5	5	5	
28	SABONETE LÍQUIDO	UN	20																						20
29	SACO DE LIXO 50 LITROS PRETO	PCT	233		100								75		40		2	2	2	2	2	2	2	2	
30	SACO DE LIXO DE 100 LITROS	PCT	233		100								75		40		2	2	2	2	2	2	2	2	
31	SAPONÁCEO EM PÓ	UN	84	2	20	5	2	2	2	2	2	5	5	2	15	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
32	TOUCA DESCARTÁVEL	UN	100																						100
33	VASSOURA DE PALHA	UN	50																						50
34	VASSOURA DE PLÁSTICO	UN	40																						40

4.1.1. O prazo de entrega será de 10 (dez) dias úteis contados da data do envio do empenho, que será feito via e-mail, nos seguintes horários: das 07:30 às 11:30 ou 13:00 às 17:00.

4.2.A Administração reserva-se o direito de devolução dos materiais que não correspondam aos padrões de qualidade usuais, para posterior troca às expensas do licitante.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

4.2.1. Caso algum material seja diferente do solicitado ou estiver com algum defeito, o licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para substituição do mesmo, sem nenhum custo ao Município.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- 6.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. Fica responsável em acompanhar a entrega e realizar a conferência dos produtos, a Secretária de Educação e Cultura, ou servidor designado, sendo este membro da mesma secretaria.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, da Certidões de Débitos Negativos na esfera federal, estadual, municipal, FGTS e débitos trabalhistas, com validade.

10.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Devido a aquisição e entrega ser integral não cabe reajuste nos preços unitários.

Arroio do Meio, RS, 13 de outubro de 2021.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2021 – MUNICÍPIO DE ARROIO DO MEIO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	FAX:
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE:
BANCO DA LICITANTE:	CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:
Nº DA AGÊNCIA:	

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 5L - COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO 2% A 2,5% P/P DE CLORO ATIVO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CARBONATO DE CÁLCIO E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO. COM AÇÃO DESINFETANTE E BACTERICIDA, USADA PARA LIMPAR PISOS, AZULEJOS, CAIXAS D'ÁGUA, VASOS DE PLANTAS E DESINFETAR FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS. RÓTULO CONTENDO INFORMAÇÕES COMO DATA DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES DA DATA DO RECEBIMENTO.	UN	158			
2	ÁLCOOL GEL, EMBALAGEM DE 5 LITROS	UN	61			
3	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%, EMBALAGEM DE 5L. ÁLCOOL ETÍLICO PARA LIMPEZA, COM TEOR ALCÓOLICO ENTRE 95,1 A 96 GL, VOL/VOL OU 92,6 A 93,8 INPM P/P A 15 GRAUS CENTÍGRADOS, COM SELO INMETRO. RÓTULO CONTENDO INFORMAÇÕES COMO DATA DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES DA DATA DO RECEBIMENTO.	UN	190			
4	CERA LIQUIDA INCOLOR, EMBALAGEM DE 5 LITROS	UN	65			
5	CERA LIQUIDA VERMELHA, EMBALAGEM DE 5 LITROS	UN	7			
6	DESINFETANTE LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 5L. DESINFETANTE PARA USO GERAL, DE AÇÃO FUNGICIDA E BACTERICIDA, EMBALAGEM DE 5 LITROS, CUJA COMPOSIÇÃO SEJA: TENSOATIVO NÃO-IÔNICO, QUARTENÁRIO DE AMÔNIA. ESSÊNCIAS DIVERSAS. RÓTULO CONTENDO INFORMAÇÕES COMO DATA DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES DA DATA DO RECEBIMENTO.	UN	172			
7	DETERGENTE COZINHA, FRASCO DE 500 ML	UN	390			
8	ESFREGÃO DE AÇO	UN	15			
9	ESPONJA DE AÇO PACOTE COM 8 UNIDADES	PCT	10			
10	ESPONJA MULTIUSO, VERDE/AMARELO	UN	265			
11	LIMPA VIDROS, EMBALAGEM DE 5 LITROS	UN	30			
12	LUVAS DE PROTECAO E SEGURANCA- DE LATEX TAMANHO: G	PAR	25			
13	LUVAS DE PROTECAO E SEGURANCA- DE LATEX TAMANHO: M	PAR	25			
14	LUVAS DE PROTECAO E SEGURANCA- DE LATEX TAMANHO: P	PAR	10			
15	LUVAS DESCARTAVEIS DE VINIL, SEM PO, TAM G, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	20			
16	LUVAS DESCARTAVEIS DE VINIL, SEM PO, TAM M, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	20			
17	LUVAS DESCARTAVEIS DE VINIL, SEM PO, TAM P, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	20			



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

18	MÁSCARA ADULTA DESCARTÁVEL, TRIPLA PROTEÇÃO, COM ELÁSTICO NAS ORELHAS E AJUSTE NASAL (CLIP). MÁSCARA CIRÚRGICA TAMANHO ADULTO, TRIPLA PROTEÇÃO, COM ELÁSTICO E CLIP NASAL PERMITINDO SEU AJUSTE. MATERIAL: TNT. CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	20			
19	MÁSCARA DESCARTÁVEL -INFANTIL (MÁSCARA COM FILTRAGEM BACTERIANA, DE TRIPLA CAMADA COM ELÁSTICO, DESCARTÁVEL DE USO PESSOAL, NÃO ESTÉRIL = CAIXA COM 50 UNIDADES)	CX	10			
20	PA PLÁSTICA DE RECOLHER SUJEIRA	UN	57			
21	PANO DE CHÃO 100% ALGODÃO 40X60	UN	10			
22	PANO DESCARTÁVEL MULTIUSO, PACOTE COM 5 UNIDADES	PCT	100			
23	PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO DE 300 M, FARDOS COM 8 UNIDADES.	FARDOS	35			
24	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA - FARDOS COM 16 PACOTES, SENDO CADA COM 4 ROLOS DE 30M CADA, PICOTADO BRANCO	FARDOS	100			
25	PAPEL TOALHA EM ROLO, NÃO RECICLADO, FARDOS. PAPEL TOALHA BOBINA 100% CELULOSE VIRGEM 20CM X 200 METROS, DE ALTA QUALIDADE E R.U (RESISTÊNCIA A UMIDADE), NÃO RECICLADO, GRAMATURA 34, FARDOS COM 8 ROLOS.	FARDOS	50			
26	PAPEL TOALHA INTERFOLHA, NÃO RECICLADO, FOLHA COM UMA DOBRA, PCT 1000 FOLHAS, FARDOS COM 5 PACOTES	FARDOS	67			
27	SABÃO EM PÓ EMBALAGEM DE 1 KG	PCT	144			
28	SABONETE LÍQUIDO, EMBALAGEM 5L. SABONETE; LÍQUIDO, PERFUMADO; PH ENTRE 7,0 E 8,5; PARA HIGIENE DAS MÃOS, GALÃO DE 5 LITROS.	UN	20			
29	SACO DE LIXO 50 LITROS PRETO. PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	233			
30	SACO DE LIXO DE 100 LITROS. PACOTE COM 5 UNIDADES	PCT	233			
31	SAPONÁCEO EM PÓ, EMBALAGEM DE 300G	UN	84			
32	TOUCA DESCARTÁVEL	UN	100			
33	VASSOURA DE PALHA	UN	50			
34	VASSOURA DE PLÁSTICO (NAILON) COM CABO	UN	40			
VALOR TOTAL						R\$

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO E FORMA DE FORNECIMENTO DO ITEM DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO/RS**, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2021

QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A EMPRESA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO, RS, com sede na Rua Monsenhor Jacob Seger, 186, Bairro Centro, na cidade de Arroio do Meio, RS, inscrito no CNPJ sob o nº 87.297.271/0001-39, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. DANILO JOSÉ BRUXEL, CPF nº 367.431.780-04, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) do CPF nº, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 025/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais de higiene e limpeza, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação dos itens:

Item	Qtde	Unid.	Descrição dos Itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total

1.4. A Administração reserva-se o direito de devolução dos materiais que não correspondam aos padrões de qualidade usuais, para posterior troca às expensas do licitante.

1.4.1. Caso algum material seja diferente do solicitado ou estiver com algum defeito, o licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para substituição do mesmo, sem nenhum custo ao Município.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Contrato será da data de ____/____/____ e encerramento em 31/12/2021, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

08 – Secretaria de Educação e Cultura	0041 – Educação Infantil
01 – Manutenção Desenvolvimento Ensino - M. D.	2042 - Manutenção da Educação Infantil
12 - Educação	3.3.3.90.30.000000 – Material de Consumo
365 – Educação Infantil	0020 – Recurso – M. D. E.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

08 – Secretaria de Educação e Cultura
01 – Manutenção Desenvolvimento Ensino –
M. D.
12 - Educação
361 – Ensino Fundamental

0047 – Ensino Regular
2039 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.3.90.30.000000 – Material de Consumo
0020 – Recurso – M. D. E.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, da Certidões de Débitos Negativos na esfera federal, estadual, municipal, FGTS e débitos trabalhistas, com validade.

5.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Devido a aquisição e entrega ser integral não cabe reajuste nos preços unitários.

6. CLÁUSULA SEXTA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

6.1. O material deverá ser entregue nos endereços informados, conforme tabela abaixo e quantitativos informados:

ESCOLA	ENDEREÇO DA ESCOLA	BAIRRO
EMEF AFONSO CELSO	ESTRADA GERAL PICADA ARROIO DO MEIO, JUNTO A IGREJA E SALÃO DA COMUNIDADE	PICADA ARROIO DO MEIO
EMEF BARRA DO FORQUETA	RUA NICOLAU KAER, S/N	BARRA DO FORQUETA
EMEF BELA VISTA	RUA BELA VISTA, 936 (ENTRADA PELA R.GUSTAVO POCHMANN)	BELA VISTA
EMEF CONSTRUINDO O SABER	RUA OSOSVALDO DE OLIVEIRA, 137	NAVEGANTES
EMEF DONA RITA	DONA RITA,S/N, JUNTO A IGREJA E SALÃO DA COMUNIDADE	DONA RITA
EMEF DUQUE DE CAXIAS	AVENIDA ARROIO GRANDE, PRÓXIMO A IGREJA E SALÃO DA COMUNIDADE	ARROIO GRANDE CENTRAL
EMEF GETÚLIO VARGAS	ESTRADA MORRO VERMELHO, PASSANDO A INDÚSTRIA GIRANDO SOL	SÃO CAETANO
EMEF ITORORÓ	ESTRADA GERAL DE PALMAS, PRÓXIMO AO FRIGORÍFICO DÁLIA	DISTRITO DE PALMAS
EMEF JOÃO BEDA KORBES	RUA ARDELA KERBES, 1016	AIMORÉ
EMEF PRINCESA ISABEL	RUA SÃO MARTINHO, 202	RUI BARBOSA
EMEF PROF.ARLINDO BACK	ROD.VRS 811, S/N	DISTRITO DE FORQUETA
EMEF SÃO CAETANO	RUA PRESIDENTE VARGAS, 2480	SÃO CAETANO
EMEF TANCREDO NEVES	RUA 28 DE NOVEMBRO, 693	NOVO HORIZONTE
ECEI ATALAIA	RUA CAMPOS SALOES, 898	NAVEGANTES
ECEI CRIANÇA ESPERANÇA	RUA GUSTAVO POCHMANN, 35	BELA VISTA
ECEI PEQUENO MUNDO	ROD. RS 130, KM 77 (ESTRADA PARARELA, À DIREITA)	SÃO JOSÉ
ECEI PIMPOLHO	RUA RUI BARBOSA, 2440	RUI BARBOSA
ECEI PIMPOLHO FILIAL	RODOVIA RVS 811, 107731, JUNTO A SUBPREFEITURA	DISTRITO DE FORQUETA
ECEI PROFESSORA RITA	RUA JORGE AMADO, 125	GLÓRIA
ECEI TRENZINHO DA ALEGRIA	RUA PIAUÍ, 72	AIMORÉ
ECEI RAI DE SOL	RUA AURORA, 316	SÃO CAETANO
ECEI TURMA DA MÔNICA	RUA ORMISMO DALPIAN, 381	NOVO HORIZONTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	RUA DR. JOÃO CARLOS MACHADO, 1000	CENTRO

ITEM	MATERIAIS	UNID	QTDE TOTAL	EMEF AFONSO CELSO	EMEF BARRA DO FORQUETA	EMEF BELA VISTA	EMEF CONSTRUINDO O SABER	EMEF DONA RITA	EMEF DUQUE DE CAXIAS	EMEF GETÚLIO VARGAS	EMEF ITORORÓ	EMEF JOÃO BEDA KORBES	EMEF PRINCESA ISABEL	EMEF PROF.ARLINDO BACK	EMEF SÃO CAETANO	EMEF TANCREDO NEVES	ECEI ATALAIA	ECEI CRIANÇA ESPERANÇA	ECEI PEQUENO MUNDO	ECEI PIMPOLHO	ECEI PIMPOLHO FILIAL	ECEI PROFESSORA RITA	ECEI TRENZINHO DA ALEGRIA	ECEI RAI DE SOL	ECEI TURMA DA MÔNICA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
1	ÁGUA SANITÁRIA	UN	158	2	15	25	3	3	3	3	3	5	25	3	25	2	10	3	3	10	3	3	3	3	3	
2	ÁLCOOL GEL	UN	61	2	2	2	2	2	2	2	2	5	3	2	5	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	10
3	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%	UN	190	5	10	25	5	5	5	5	5	5	25	5	20	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	20
4	CERA LÍQUIDA INCOLOR	UN	65									25		15					25							
5	CERA LÍQUIDA VERMELHA	UN	37									25		12												
6	DESINFETANTE LÍQUIDO	UN	172	5	12	25	5	5	5	5	5	5	25	5	20	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
7	DETERGENTE COZINHA	UN	390	10	35	10	25	35	10	10	10	100	10	10	25	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	
8	ESFREGÃO DE AÇO	UN	15																							15
9	ESPONJA DE AÇO	PCT	10																							10
10	ESPONJA MULTIUSO	UN	265	10	10	10	25	25	10	10	10	10	10	10	25	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

11	LIMPA VIDROS	UN	30		10										2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
12	LUVAS DE PROTECAO TAMANHO: G	PAR	25								12															13
13	LUVAS DE PROTECAO TAMANHO: M	PAR	25								12															13
14	LUVAS DE PROTECAO TAMANHO: P	PAR	10																							10
15	LUVAS DESCARTAVEIS DE VINIL, TAM G	CX	20																							20
16	LUVAS DESCARTAVEIS DE VINIL, TAM M	CX	20																							20
17	LUVAS DESCARTAVEIS DE VINIL, TAM P	CX	20																							20
18	MÁSCARA ADULTA DESCARTÁVEL	CX	20																							20
19	MÁSCARA DESCARTÁVEL - INFANTIL	CX	10																							10
20	PA PLASTICA	UN	57		30					12				15												
21	PANO DE CHÃO	UN	10																							10
22	PANO DESCARTÁVEL MULTIUSO	PCT	100	2	10	2	2	2	2	2	2	2	50	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
23	PAPEL HIGIENICO EM ROLO DE 300 M	FARDOS	35		10							25														
24	PAPEL HIGIENICO FOLHA DUPLA	FARDOS	100	3	3	25	3	3	3	3	3	10	5	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
25	PAPEL TOALHA EM ROLO	FARDOS	50									25	25													
26	PAPEL TOALHA INTERFOLHA	FARDO	67		17	15							20		10	5										
27	SABÃO EM PÓ	PCT	144	2	5	25	2	2	2	2	2	10	15	5	25	2	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
28	SABONETE LÍQUIDO	UN	20																							20
29	SACO DE LIXO 50 LITROS PRETO	PCT	233		100								75		40		2	2	2	2	2	2	2	2	2	
30	SACO DE LIXO DE 100 LITROS	PCT	233		100								75		40		2	2	2	2	2	2	2	2	2	
31	SAPONÁCEO EM PÓ	UN	84	2	20	5	2	2	2	2	2	5	5	2	15	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
32	TOUCA DESCARTÁVEL	UN	100																							100
33	VASSOURA DE PALHA	UN	50																							50
34	VASSOURA DE PLÁSTICO	UN	40																							40

6.1.1. O prazo de entrega será de 10 (dez) dias úteis contados da data do envio do empenho, que será feito via e-mail, nos seguintes horários: das 07:30 às 11:30 ou 13:00 às 17:00.

6.2. A Administração reserva-se o direito de devolução dos materiais que não correspondam aos padrões de qualidade usuais, para posterior troca às expensas do licitante.

6.2.1. Caso algum material seja diferente do solicitado ou estiver com algum defeito, o licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias uteis para substituição do mesmo, sem nenhum custo ao Município.

6.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. CLAÚSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO.

7.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

7.1.1. Fica responsável em acompanhar a entrega e fiscalização a entrega dos produtos, a Secretária de Educação e Cultura, ou servidor designado, sendo este membro da mesma secretaria.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO.

10.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES.

11.1. É VEDADO À CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES.

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Arroio do Meio

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO.

14.1. É eleito o Foro da Comarca de Arroio do Meio/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Arroio do Meio, RS, ____ de _____ de 2021.

Representante da Contratada

DANILO JOSÉ BRUXEL
Prefeito Municipal

Opino pela contratação,

ISRAEL DE BORBA
Assessor Jurídico Municipal, OAB/RS, 103.198